

XIII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA
“ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO E TURISMO”
CAMPO GRANDE - MS

A OCUPAÇÃO KAINGANG NO OESTE PAULISTA

ROBSON A. RODRIGUES
Doutorando MAE/USP

RESUMO

Os campos de cerrado entre os vales dos rios Tietê e Paranapanema, no Estado de São Paulo, eram tradicionais redutos ocupados pelas populações Kaingang, grupo étnico pertencente ao tronco lingüístico Jê. No início do século XX, com a “pacificação” dessa população, são criados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) o aldeamento de Icatú, às margens da estrada Penápolis-Aguapeí e o aldeamento Índia Vanuíre, próximo ao rio Feio/Aguapeí, nas imediações de Tupã. Estas áreas correspondem a uma pequena parcela do que foi o território ocupado pelas populações Kaingang no passado. A partir de uma perspectiva etnoarqueológica interessa-nos entender a sociedade Kaingang e o seu modo de utilização do espaço a partir dos sistemas de assentamentos hoje evidenciados pela presença de vestígios materiais presentes nos sítios arqueológicos.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação diz respeito a pesquisa que estamos desenvolvendo como parte integrante do projeto de doutoramento vinculado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e tem como título: “*Etnoarqueologia da ocupação Kaingang nos campos do Sertão Paulista*”.

CONTEXTO AMBIENTAL DA ÁREA PESQUISADA

A área de pesquisa se insere no contexto do Planalto Ocidental Paulista a partir de uma fração do Planalto Meridional Brasileiro, na Bacia do Paraná. Entre o Vale do rio Paranapanema e rio Tietê, o planalto é cortado por importantes rios, dentre eles destaca-se o rio Feio/Aguapeí.

Segundo informações do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Aguapeí/Peixe (CBH-AP)¹, a bacia do rio Feio/Aguapeí é formada pelas águas do rio Feio que nascem a uma altitude de 600m entre as cidades de Gália e Presidente Alves e pelo rio Tibiriçá, que nasce a uma altitude de 480m junto à cidade de Garça, percorrendo uma extensão de 420km até sua foz no rio Paraná. Sua área é limitada ao Norte com a Bacia do

¹ Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias dos rios Aguapeí e Peixe idealizado pela Fundação Paulista em 1997.

rio Tietê, a Oeste com o Estado do Mato Grosso do Sul, tendo como divisa o rio Paraná, a Leste seu limite é a Serra dos Agudos e ao Sul encontra-se a Bacia do rio do Peixe.

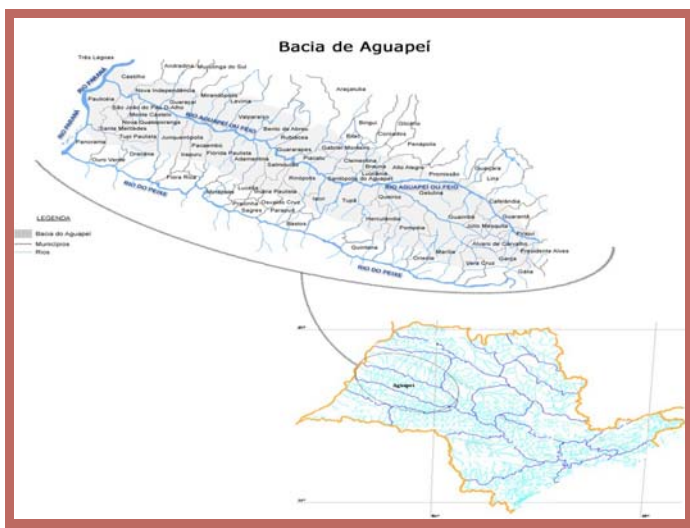


FIGURA 01 – Localização da Bacia do Aguapeí no Estado de São Paulo

O substrato geológico desta bacia é constituído por rochas vulcânicas e sedimentares da Bacia do Paraná de idade mesozóica e depósitos aluvionares de idade cenozóica. A formação geológica de sua coluna estratigráfica é formada, respectivamente, pelo Grupo São Bento – Formação Serra Geral; Grupo Bauru – Formações Caiuá, Santo Anastácio, Adamantina e Marília; e Depósitos Cenozóicos.

O uso do solo na bacia em questão é predominantemente definido pela pastagem seguido da utilização para culturas temporárias (feijão, milho, amendoim e algodão), perenes (café, seringueira e laranja) e semiperenes (cana-de-açúcar). Pequenas parcelas são recobertas com vegetação natural, mais próximas aos cursos d'água, em áreas de maior declividade e em pequenos pontos das colinas. Soma-se a esse contexto as áreas urbanas e os sistemas viários.

PANORAMA ETNOGRÁFICO E HISTÓRICO DA REGIÃO

A ocupação humana do médio/alto curso do rio Feio/Aguapeí pode ser melhor compreendida, atualmente, por meio de algumas fontes históricas de cronistas e viajantes. Mesmo só tendo as fontes materiais como testemunho dos encontros e confrontos étnico-culturais ocorridos na região, na época pré-contato, as fontes históricas podem fornecer subsídios para o panorama etnográfico da região em tempos remotos, na medida em que admitamos continuidades e descontinuidades no modo de vida indígena no pré e no pós-contato com a sociedade ocidental.

Neste trabalho buscamos uma íntima relação entre as fontes materiais e as fontes escritas, julgando que essas muitas vezes podem se complementar e se contradizer. Até mesmo os relatos de povos indígenas do Planalto Ocidental Paulista não são homogêneos, evidenciando uma ocupação humana antes heterogênea e dotada de múltiplas manifestações culturais. Acreditamos que, em termos arqueológicos, a pesquisa fornece uma multiplicidade de elementos culturais vislumbrados nos vestígios materiais, corroborando uma visão mais positiva deste passado e não mais o encarando como o receptáculo de culturas estáticas que hoje se encontrariam extintas.

Até o século XVIII a região em questão não havia recebido grande atenção dos colonos por ser considerada um “sertão” de pouco valor econômico, servindo somente de

passagem para os aventureiros em busca de ouro e riquezas em terras além destes sertões economicamente “inférteis”. A região, porém, não se encontrava desabitada. Nas palavras de Marcel Mano: “... o planalto ocidental paulista poderia ter facilmente servido como região de intenso tráfego de elementos culturais, via de escoamento e corredor de influências porque sitiado, a um lado, pelas serras de Piratininga e o litoral atlântico; por outro pela região do Chaco que se forma a oeste da bacia do Paraná; ao norte pelos campos e matas do Brasil central; e ao sul pelos campos férteis do Paraná e os pampas (...) cada uma dessas áreas geográficas ocupadas por populações indígenas culturalmente diferentes – Guarani (Mbia e Nhandeva), Tupi, Guaicuru-Mbaia, Aruak, Jê, entre outras...” (MANO, 1998:25).

Os vestígios arqueológicos já mencionados em fontes históricas e encontrados em municípios da região apresentam, em conformidade com as fontes históricas, indícios desta ocupação heterogênea. Por ora, em fase anterior aos trabalhos arqueológicos sistemáticos que nos propomos executar no local, convém esclarecer rapidamente os diferentes grupos indígenas já mencionados em fontes históricas.

No período histórico mais recente, com a expansão capitalista implementada de forma mais sistemática em meados do século XIX e XX nas áreas entrecortadas pelos rios São José dos Dourados, Tietê, Feio, Aguapeí, do Peixe e Santo Anastácio, essas áreas passam a ser exploradas mais intensamente, acirrando os conflitos com as populações indígenas que habitavam a região, provocando, durante o processo de ocupação, as transferências das populações indígenas para outras regiões, bem como seu extermínio. Relatos da presença dos Kaingang, dos Guarani, dos Oti-Xavante e dos Ofaié-Xavante, são comuns nesta região e definem a ocupação indígena do período de contato.

Em termos arqueológicos², não há, ainda, subsídios para elaborar teses sobre a ocupação da área em questão. Na região compreendida entre os vales dos rios do Peixe, Aguapeí e médio Tietê existe registro exato de um único sítio arqueológico em Pompéia (PALLESTRINI, 1975), e apenas referências à ocorrência de sítios arqueológicos nos vales dos rios Peixe e Aguapeí não individualizados (MILLER JR., 1972), além de algumas poucas informações orais, o que reflete a ausência de levantamentos arqueológicos na região, e não a ausência de vestígios arqueológicos.

Como já salientamos acima, a região do médio/alto curso do rio Feio/Aguapeí foi pouco explorada em termos arqueológicos, sofrendo apenas intervenções esporádicas e sem muito aprofundamento das pesquisas. Mais recentemente, estudos sistemáticos realizados nos arredores da área em questão, principalmente ligados a projetos de salvamento arqueológico, apontam para um grande potencial arqueológico. Um levantamento arqueológico realizado no município de Junqueirópolis, como parte de um estudo de impacto ambiental, identificou a presença de sítios arqueológicos no baixo curso do rio Feio/Aguapeí³. Há também referência de material cerâmico encontrado nas proximidades da rodovia Assis-Marília, durante o EIA do prolongamento da Rodovia Castelo Branco (CALDARELLI, 1993; 2003).

Por fim, esta indefinição conceitual devido à pluralidade étnico-cultural da área constitui-se, do nosso ponto de vista, em fértil campo para as discussões sobre etnicidade, questionando modelos científicos implantados acriticamente e já consolidados na Arqueologia Brasileira.

Nesse sentido, a pesquisa que estamos desenvolvendo prioriza a Bacia do médio/alto curso do rio Feio/Aguapeí com especial atenção para as áreas delimitadas pelos

² Dados extraídos de Caldarelli, S. B. Relatório da prospecção arqueológica no sistema de abastecimento de água do ribeirão dos Índios, 2003.

³ Conforme relatório final idealizado por Caldarelli (2004) para avaliação Arqueológica na área de implantação de Usina de açúcar e álcool.

afluentes: Ribeirão Iacri, Ribeirão Caingangue e Rio Tibiriçá, cenário onde se procura compreender a interação do homem com o meio em que viveu, produziu conhecimentos e, conseqüentemente, cultura material, e que é o mesmo onde se localiza, na atualidade, a área do atual local de moradia Kaingang, assim definido no mapa a seguir a partir do município de Arco-Íris:

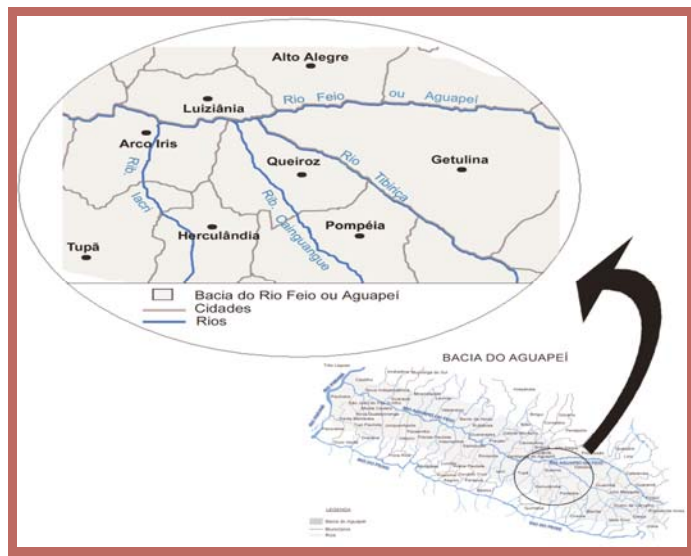


FIGURA 02 – Detalhe da área de pesquisa no médio-alto curso do rio Feio/Aguapeí

O CONTEXTO DA POPULAÇÃO KAINGANG E SEU TERRITÓRIO

Dentre os grupos étnicos existentes em São Paulo⁴, particularmente no interior do Estado, região oeste, destacamos os Kaingang, população indígena pertencente ao tronco lingüístico Jê, como alvo da pesquisa em andamento⁵.

Estudos lingüísticos utilizados por Mota apontam para a chegada dos Kaingang, na região sul do país, em torno de 3.000 anos antes do presente, oriundos das populações de língua Jê dos planaltos entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia, no Brasil Central (MOTA, 2000). As migrações seguiram para o Sul e Sudeste do país além do Norte da Argentina, formando a grande Nação Jê Meridional.

Aplicado às populações indígenas das planícies abertas e de campos as denominações de Coroado, Coronado, Gualacho e Caagua vão definindo, a partir do século XVIII, os grupos Kaingang. Este procedimento se deu, segundo Métraux, devido à observação de indivíduos da sociedade envolvente para o hábito do corte de cabelo e uma vestimenta que se assemelhava ao estilo franciscano.

Segundo Borelli (1984), os Kaingang foram contactados no oeste do Estado de São Paulo no final do século XIX e início do século XX, recebendo várias denominações: Coroado, Botocudo, Tapuia, Bugre, entre outros. Porém, as primeiras notícias referentes a

⁴ Atualmente são cinco os grupos étnicos encontrados no Estado: Kaingang, Guarani, Terena, Pankararu e Krenak, além de remanescentes do grupo Fulniô.

⁵ Durante o mestrado desenvolvemos pesquisas sobre o grupo étnico Guarani a partir do projeto intitulado "Etnoarqueologia do rio Paraná: o sítio arqueológico como fonte de uma reconstituição cultural", processo FAPESP: 98/05456-0, resultando na dissertação de mestrado defendida em dezembro de 2001 com título "Cenários da ocupação Guarani na calha do Alto Paraná: um estudo etnoarqueológico" (RODRIGUES, 2001).

este grupo datam de 1773 a partir do levantamento fluvial dos rios Tietê e Paraná, realizados pelo Brigadeiro Sá e Faria.

Para o Estado de São Paulo, no final do século XIX e início do XX havia cinco grupos de Kaingang conhecidos como Coroado, entre os rios Peixe e Aguapeí/Feio, além de um agrupamento no baixo rio Tietê. Segundo Borelli (1984), anteriormente ao contato com as frentes colonizadoras, a população kaingang no Estado de São Paulo estava estimada em aproximadamente 1.200 índios. Em 1912 e 1916, após a pacificação e já em reservas, este número caiu para 700 e 200 indivíduos, respectivamente, o que aponta para uma drástica depopulação. Em aproximadamente 15 anos 80% da população Kaingang foi exterminada.

Nas terras do sertão paulista as regiões mais altas dos grandes campos de cerrado entre os vales dos rios Tietê e Paranapanema eram tradicionais redutos ocupados pelas populações Kaingang. *"Perfeitamente adaptados à região, os Kaingang desenvolveram formas próprias de apropriação do espaço. A coletivização dos territórios, a itinerância, as divisões em grupos e metades, as regras de casamento e as cerimônias realizadas em homenagem aos espíritos dos mortos eram vivências sócio-culturais que estavam em oposição à lógica dos conquistadores"* (PINHEIRO, 1996:44).

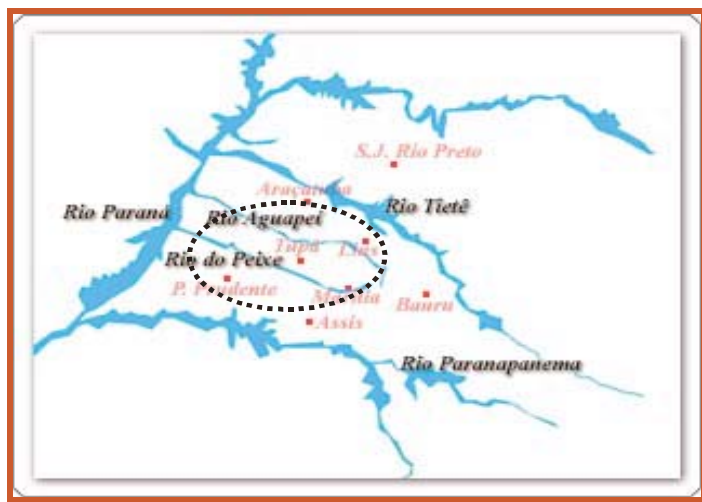


FIGURA 03 – Delimitação da área ocupada pelos Kaingang no Oeste Paulista

Vivendo em constantes deslocamentos dentro de seu território os Kaingang condicionavam seu modo de habitar e os seus objetos a essa dinâmica. Essa circulação marcava profundamente a vida grupal, ocorrendo nas matas e campos das regiões em que viviam, segundo seus ritmos culturais e as ofertas de certas espécies vegetais e animais encontrados nos seus territórios de domínio. Para Pinheiro (1999), o relevo, na forma de montanhas, serras e planaltos, tinham a preferência dos Kaingang já que estas formações geomorfológicas tinham também um importante papel na mitologia dessa nação e na explicação de sua organização social. *"O significado da mítica serra CRINJIJIMBÉ fica evidente na descrição da criação dos homens e de sua divisão em grupos e subgrupos, em dominantes e fugitivos, por isso escravizados, como acontece com os CURUTONS"* (PINHEIRO, 1999:41).

Os Kaingang desenvolveram um sistema de ocupação do território a partir de vários elementos integradores do seu sistema social que, na observação de Pinheiro (1999), correspondiam as representações simbólicas e ao perfil geográfico e ecológico, *"que eram apresentados na forma de florestas, rios, cachoeiras, campos de caça e lagoas para nadar e pescar. Na presença de aldeias com residências fixas para abrigar dezenas*

de pessoas ou nos paraventos, residências provisórias no meio do mato construídas para a pernoite do caçador ou de bandos em freqüentes caminhadas” (PINHEIRO, 1999:40).

Pela descrição Etnológica, os Kaingang modernos são definidos como agricultores relativamente sedentários, entretanto Métraux (1963) acentua a importância da caça e da coleta para a sua economia de subsistência. Conforme relato do autor, estes povos cultivavam milho de diversas variedades, abóboras e variedades de feijões, mas dependendo muito pouco desses cultivos. Pela afirmação do autor, os Kaingang antigos, como muitos outros que foram familiarizados com o cultivo em tempos recentes por intermédio do contato interétnico, consumiam seus cultivos no período da colheita, não armazenando nenhum gênero durante os meses de falta de produção.

Alguns autores destacados por Métraux ressaltam a importância do milho para esta população e identificam alguns aspectos da técnica de plantio com a queima de arbustos e outras plantas de suas áreas e a espera pelas chuvas para iniciar a semeadura. Este trabalho é norteado pela divisão sexual do trabalho com as mulheres plantando e colhendo e os homens realizando o preparo do solo.

Uma grande parte do tempo deste grupo étnico, conforme observação de Métraux, era aplicado na tarefa de caça, seja de forma individual ou em grupo. Eles caçavam mamíferos como porcos do mato, antas, cervos, etc., utilizando-se de flechas e bordunas, e pássaros com laços e armadilhas. Para complementar sua atividade econômica os Kaingang realizavam uma série de rituais de caça que ia desde a troca de carne de um animal abatido entre os caçadores para que um consumisse a caça que o outro realizou; oferendas e pedidos para as entidades do animal caçado e tabus e abstinências em algumas ocasiões.

O complexo sistema econômico Kaingang era definido por Métraux a partir de um ritmo econômico sazonal em que se intercalavam as diferentes atividades desenvolvidas pelo grupo. Com o final do plantio em campo aberto seguiam para a pesca nos rios de seu território e para a coleta de pinhão e demais especiarias nas florestas. Após esse período retornavam à colheita. Durante as caminhadas realizavam suas caçadas e recolhiam frutas e larvas pela floresta.

Já no século XX, com a expansão capitalista implementada de forma mais sistemática nas áreas entrecortadas pelos rios Feio, Aguapeí, do Peixe e Santo Anastácio, acirraram-se os conflitos com as populações Kaingang que habitavam esta região provocando, durante o processo de ocupação, as transferências para outras regiões.

ATUAL OCUPAÇÃO NO OESTE PAULISTA: OS POSTOS INDÍGENAS

No decorrer do século XX, mais especificamente na primeira década, são criadas, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI)⁶, as reservas destinadas ao agrupamento das populações indígenas remanescentes dos conflitos com a frente de expansão capitalista no oeste paulista. Estes locais são definidos pelo aldeamento de Icatú, às margens da estrada Penápolis-Aguapeí e o aldeamento Índia Vanuíre, próximo ao rio Feio/Aguapeí, além de Araribá em Avaí, que se estendem até a atualidade nesse modelo⁷. Estas áreas correspondem a uma pequena parcela do que foi o território ocupado pelas populações indígenas.

⁶ Atual Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

⁷ Como consta nos mapas a seguir e que foram extraídos de Melatti (1976).

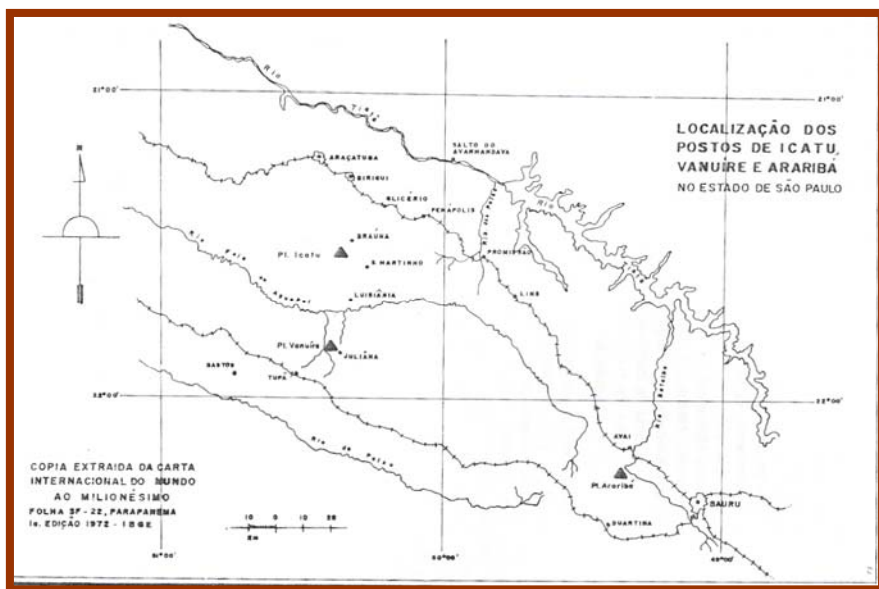


FIGURA 04 – Localização dos aldeamentos indígenas no Oeste do Estado de São Paulo

São reservas multiétnicas, isto é, habitadas por diferentes grupos étnicos, oriundos dos processos de apropriação de terras e da política de pacificação indígena implementada pelo sistema de colonização do sertão paulista. “São partes dos antigos territórios indígenas, doados pelo Estado ou por particulares ao SPI, para atrair e localizar os indígenas remanescentes do período das guerras com os bugreiros, que foram ‘pacificados’ pelo SPI” (PINHEIRO, 1999:116).

No caso dos Kaingang, antes de serem definidos na atual constituição de aldeamentos Icatú e Vanuíre, o SPI criou o acampamento do Ribeirão dos Patos, fixando um primeiro aldeamento em um local bem freqüentado pelos indígenas nas margens do referido ribeirão onde se entrecruzavam várias trilhas oriundas de diversas aldeias. Porém, “em conseqüência dos interesses econômicos e comerciais nas terras indígenas, pouco depois da ‘pacificação’, o acampamento dos Patos foi extinto. Os Kaingang foram forçados a se transferirem para uma área adquirida pelo SPI, denominada Icatú” (PINHEIRO, 1999:197).

O Posto Indígena Icatú localiza-se no município de Braúna, distante apenas 8 km desta cidade e a 35km de Penápolis, o centro regional. A mudança se deu em junho de 1916 acarretando conflitos entre os grupos Kaingang aldeados e entre os indígenas e o SPI. A área do posto é limitada pelo córrego Icatú e pela estrada que liga Braúna a Luiziânia. Segundo Melatti (1976) este posto também é conhecido pelo nome de “Capitão Kenkrá”, pois a denominação Icatú foi definida a partir de maio de 1969. Esta aldeia é a menor das reservas, possuindo 301 ha de terras demarcadas onde habitam 104 pessoas entre os Kaingang e os Terena⁸.

⁸ Conforme dados obtidos pelo Instituto Socioambiental junto a FUNAI no ano de 1998 e publicado em Povos Indígenas no Brasil: 1996/2000, conforme RICARDO (2000:772).

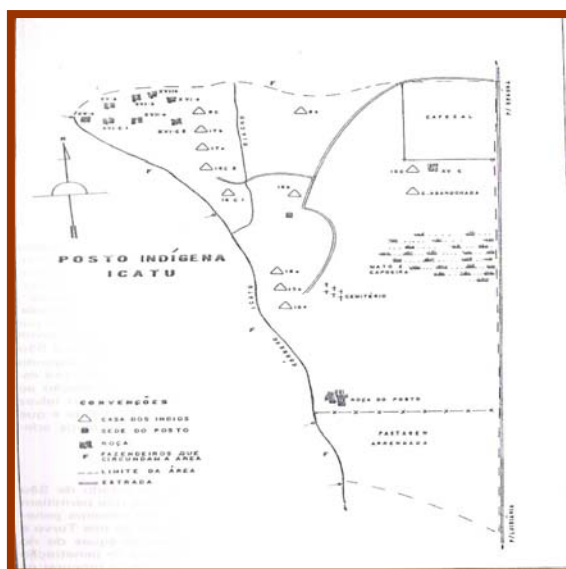


FIGURA 05 – Atual área indígena de Icatú

Para resolver o conflito entre os grupos Kaingang é criado em 1917 um outro aldeamento, 9km antes do rio Feio/Aguapeí, que recebeu o nome de Posto Indígena Vanuíre e agrupou alguns dos dissidentes do antigo posto (PINHEIRO, 1999). Também conhecido como aldeia Pirã, este Posto localiza-se no município de Arco-Íris, no bairro da Ponte Alta, distante 23km do município de Tupã. Possui 709 ha de terras demarcadas, onde se concentram uma população de 181 indivíduos⁹ entre os Kaingang, os Terena, os Krenak e alguns indivíduos do grupo Fulniô, além de não-índios.



FIGURA 06 – Atual área do Posto Indígena de Vanuíre

A área é banhada pelos córregos Pirã, Koiós e Iakri. Segundo Pinheiro, “atualmente, predominam na aldeia indivíduos de ascendência Kaingang (grupo Jê) e Krenak (grupo Borun). Os Kaingang são antigos moradores da região. São os descendentes da civilização que existiu nos Vales dos rios do Peixe, Feio/Aguapeí e de seus afluentes, antes de serem apropriados pelos civilizados e nomeado ‘Oeste Paulista’. Os Krenak, segundo grupo forte dentro da aldeia, foram transferidos para Vanuíre, principalmente a partir da década de 40, do Vale do rio Doce e do São Mateus, região mineira bastante disputada por fazendeiros” (Pinheiro, 1999:18).

⁹ Conforme dados do Instituto Socioambiental já mencionado, conforme RICARDO (2000:776).

CONCLUSÃO: EVIDÊNCIAS MATERIAIS INICIAIS NA ÁREA PESQUISADA

No decorrer da pesquisa em questão, e até o momento, realizamos visitas periódicas para envolvimento com a comunidade Kaingang dos postos indígenas. A partir desses contatos estamos identificando e mapeando os locais indicados pelos informantes e que indicam a presença indígena na área pesquisada. Na Aldeia Vanuíre as conversas estão acontecendo com as principais lideranças Kaingang do local e que são meus principais informantes: Edivaldo Cotuí: 42 anos, nascido em Vanuíre e seu irmão Irineu Cotuí: 53 anos, vice-cacique da aldeia.

Como resultado parcial os informantes me levaram até o local onde localizamos um montículo Kaingang (cemitério) na área da reserva que, segundo eles, diz respeito ao período de aldeamento e corresponde a uma antiga ocupação da área do Posto. Este local fica próximo ao córrego dos Koiós.

Além deste local visitamos um ponto na margem esquerda do rio Aguapeí juntamente com os informantes. Eles comentaram que o local corresponde à última aldeia habitada pelos Kaingang antes do aldeamento atual. Neste local além da identificação ambiental definida pelos informantes e denominado “Poço do Índio”, lagoas formadas pelas cheias do rio Aguapeí onde seus antepassados utilizavam para a pesca, também localizamos vestígios cerâmicos na média vertente do terraço do rio Aguapeí. Este local será alvo de pesquisas arqueológicas sistemáticas.

Por fim, além da informação oral, outra importante fonte de informação é o Museu Estadual “Índia Vanuíre” que se encontra no município de Tupã e leva o nome de uma índia Kaingang que auxiliou na pacificação deste grupo. Neste museu, encontra-se depositada uma coleção cerâmica etnográfica confeccionada pela índia Kaingang Candíre e parcialmente estudada por Miller Jr (1978), além de material arqueológico (cerâmica, machado semilunar e esqueletos) associados aos Kaingang na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORELLI, S.H.S. Os Kaingang no Estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada. In: Comissão pró-índio de São Paulo. **Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração**. São Paulo. Yankatu. 1984.

CALDARELLI, S.B **Relatório da Avaliação Arqueológica da área de Implantação de Usina de Açúcar e Álcool em Junqueirópolis, SP**, Scientia, 2004, SP, não publicado.

_____**Relatório da prospecção arqueológica no Sistema de Abastecimento de Água do Ribeirão dos Índios, Marília, SP**, Scientia, SP, 2003, não publicado.

_____**Memória Regional II – Arqueologia**. Relatório encaminhado ao CNEC, para compor o EIA do prolongamento da Rodovia Castelo Branco, SP, Scientia, 1993, SP, não publicado.

CBH-AP. **Relatório de situação dos recursos hídricos das bacias dos rios Aguapeí e Peixe**. CETEC, SP, 1997.

MANO, M. Os Campos de Aracoara: um ensaio de perspectiva Etnohistórica. **Revista Uniara**, Araraquara, 3:13-37, 1998.

MELATTI, D. M. **Aspectos da organização social dos Kaingang Paulistas**. FUNAI, DF, 1976.

MÉTRAUX, Alfred. **The Caingang**. Handbook of South American Indians. Julian H. Steward, Editor. Vol. 1 – The Marginal tribes. Cooper Square Publishers, Inc. New York, 1963.

- MILLER Jr., T.O. Tecnologia cerâmica dos Kaingang Paulista. **Arquivos do Museu Paranaense**, N.S. Etnologia 2. Curitiba, 1978.
- MILLER Jr., T. O. Arqueologia da região central do Estado de São Paulo, **Dédalo**, 16, 1972, SP.
- MOTA, L. T. Os índios e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século passado. In: **Uri e Wãxi**: estudos interdisciplinares dos Kaingang. Mota, L.T.; Noelli, F.S. & Tommasino, K. (Orgs.). Editora UEL, PR, 2000.
- PALLESTRINI, L. **Interpretação de estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo**. Coleção Museu Paulista, Arqueologia, 1, 1975, SP.
- PINHEIRO, N. S **Vanuíre: conquista, colonização e indigenismo – Oeste Paulista 1912-1967**. Tese de Doutorado, Unesp/Assis, SP, 1999.
- RICARDO, C. A.(Editor). **Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000**. Instituto Socioambiental, SP, 2000.
- RODRIGUES, R. A. **Cenários da Ocupação Guarani na Calha do Alto Paraná: um Estudo Etnoarqueológico**. Dissertação de Mestrado, FFLCH/MAE/USP, SP, 2001.